

improp

SUPLEMENTO
16

INFORMATIVAS

associação dos estudantes da faculdade de ciências de lisboa

2/6/1972



TORRE
TOMBO

INFORMEMOS O POVO!

1--Por decisão da R.G.A. de 18-5 a direcção da Associação apresentou à R.I.A. o comunicado à população aprovado nessa R.G.A., como forma de obstar à informação fals e tendenciosa dada pelas fontes oficiais com o fim declarado de limitar o apoio da população às justas lutas dos estudantes e mascarar a verdade sobre os graves acontecimentos ocorridos no Técnico e Económicas.

Este comunicado foi ainda aprovado em R.G.A.(s) de outras escolas e pela RIA que o apresentou à reunião de Estudantes de Lisboa (Plenário) de 23-5

Foi também apresentado ao Plenário pelos estudantes de Económicas um outro comunicado mais curto, (faz uma informação menos completa dos acontecimentos) e que contém palavras de ordem que ultrapassam claramente as das lutas associativas dos estudantes:

"continuaremos o combate na rua"... "contra a guerra" (colonial).

Feita a votação em alternativa a maioria dos estudantes de Lisboa presentes no Plenário escolheu o segundo comunicado e como tal, por o Plenário ser a sua reunião deliberativa máxima, todos os estudantes de Lisboa estão vinculados a fazer a sua distribuição.

2--É fácil de compreender porque o comunicado aprovado em Plenário ultrapassa as AAEE.

Os estudantes na sua luta utilizam várias formas de organização; as Associações de estudantes são apenas uma dessas formas, que foi criada pelos estudantes como um instrumento na defesa dos seus interesses colectivos (numa perspectiva progressista). Ora até agora em nenhuma escola mandaram os estudantes as suas Associações para desenvolverem uma luta contra a guerra colonial, como defendendo os seus interesses colectivos; por outro lado as Associações de Estudantes são estruturas legais (muito embora a "legalidade" não seja exactamente o que está escrito na lei, oscilando para cá e para lá numa certa margem consoante a força ou fraqueza das lutas travadas) e está fora de dúvida que não poderão ser estas a levar a cabo uma luta "na rua" contra a guerra colonial!"

(CONT PAG 4)

Diariamente somos obrigados a aceitar sem qualquer atitude critica as matérias que os professores nos querem impor, os métodos de ensino anti-pedagógico, a memorização forçada dessas matérias visando apenas o exame final.

Se queremos ocupar uma aula com qualquer discussão, relativa ou não à cadeira, somos ameaçados com as faltas arriscando-nos a chumbar. O mesmo acontece quando decidimos fazer greve e portanto não comparecer nas aulas.

A manutenção dos estudantes numa atitude passiva em relação ao ensino é garantida pela ocupação total do seu tempo livre com aulas, a que são obrigados a ir, e nas quais se têm de submeter a um programa previamente definido, sem sequer poder pôr em causa a sua utilidade. Por estas razões principais, entre outras, decidiram os estudantes abolir as faltas.

Se o governo, através do CE e professores, está tão interessado em garantir esta atitude acítica é porque ele sabe que quando os estudantes se consciencializam dos problemas que o actual ensino levanta e das suas razões, a luta que então se desenvolve vai necessariamente chocar com os interesses que esse governo defende. Ele sabe que não pode permitir a transformação do ensino no sentido deste ter em conta as necessidades da população e servir para as satisfazer. É isto porque os senhores das grandes empresas de quem o governo é representante, exigem cada vez mais lucros, e para isso precisam de técnicos formados exclusivamente nesse sentido e que garantam a exploração dos trabalhadores, sem os quais é impossível o aumento desses lucros.

Ao lutarmos pela abolição das faltas estamos a defender a possibilidade de criticarmos este ensino, de escolhermos as aulas onde realmente aprendemos e os professores que realmente ensinam, e de abandonarmos aqueles que não têm qualquer interesse bem como os professores incompetentes. Estamos ainda a exigir o direito de definirmos o conteúdo do ensino, e a quem queremos que ele sirva à população que trabalha e é explorada--contribuindo assim para a alteração da actual Universidade e da Sociedade em que estamos.

Que se passou quando começámos a abolir as faltas?

A maior parte dos professores, não se atreveu, perante os nossos argumentos, a dizer que concordava com as faltas; mas era necessário continuar a exigir a nossa presença nas aulas.

Um dos processos que encontraram para o fazer foi os relatórios. Passaram a exigir para a entrega do relatório o controle de que o trabalho correspondente tivesse sido feito na aula. Quem não fizesse 2/3 dos relatórios não iria a exame.

Que é isto senão exigir que tenhamos 2/3 das presenças e portanto só possamos dar 1/3 de faltas?

Mas não se limitaram a isso. Alguns professores exigem mesmo que os dois terços sejam sobre o total de aulas a que o professor veio. Tentam assim quebrar a força das nossas greves, pois essas aulas a que colectivamente não assistimos contariam como aulas dadas.

TORRE
TOMBO

Estas novas imposições dos professores percebem-se facilmente se tivermos em conta o que atrás foi dito acerca da função do ensino e o que a seguir se diz.

Para comprovar a eficiencia dos métodos usados durante o ano e destinados a garantir a apreensão acritica dos conhecimentos que nos ministram, há o exame final. O governo e as autoridades académicas têm pleno conhecimento de que sob a ameaça do chumbo e sem qualquer outro motivo que suscite o nosso interesse por um estudo detalhado ao longo do ano, os estudantes se dedicam durante algumas noites antes do exame a empinar a matéria, a fazer cábulas, etc., para conseguir passar.

É um processo de reacção primária ao exame que é caracterizado pela ausência de consciência do significado do exame e do modo como ele se combate. Perante isto só um controle diário dos estudantes garante o seu completo dominio e a sua atitude acritica face ao ensino.

Dai a necessidade, de uma vez encetado o processo contra as faltas, se arranjar novas maneiras de levar os estudantes às aulas-os relatórios.

Um exemplo flagrante é o da nota da secção de Física onde se diz que é necessário fazer 2/3 dos relatórios para ir a exame e se exige, para um relatório ser válido, a assinatura do aluno na folha de presença no dia em que fez o trabalho.

Todos temos conhecimento, e os professores também pois já o fizeram, de que mesmo quando realizamos os trabalhos, por vezes copiamos os relatórios.

Porque é que isto acontece?

É um facto que as teóricas estão desarticuladas das práticas e que portanto os conhecimentos necessários à elaboração dos relatórios são insuficientes.

Poderíamos procurar em livros, perguntar aos assistentes, etc., mas que motivação nos é criada para o fazer num ensino que nos é imposto? equal é o tempo que temos?

Um ensino cujo sentido é o de eliminar pessoas no exame não o de prestar atenção a que mais dificuldades têm na apreensão das matérias leva o estudante a tentar a todo o custo safar-se sem a preocupação de aprender. Os estudantes não defendem a preguiça? o copianço, a irresponsabilidade, etc.

O que eles defendem é um ensino onde a teoria que se aprende esteja ligada à prática que se desenvolve e portanto se vá avançando à medida que se vão consolidando os conhecimentos anteriores; por outro lado o ensino deve ter um carácter pedagógico onde os professores atendam às dificuldades surgidas aos estudantes e não abandonem precisamente os que mais difficilmente perceberam a matéria, chumbando-os pura e simplesmente.

QUE FAZER NESTE MOMENTO?

A nossa posição firme contra as faltas significa que queremos ser responsáveis na escolha do que queremos aprender, dos professores que temos, da maneira como quere-

3- Mas o Plenário é uma estrutura deliberativa dos estudantes que pode muito bem decidir coisas que nada tenham a ver com as AAEE e as ultrapassem; o que é errado é pretender- (como alguns dirigentes oportunistas pretendem)--pôr as Associações a organizar a distribuição dum comunicado que afinal as ultrapassa. Tal erro traz inclusivamente o perigo de isolar as AAEE dos estudantes que, sendo associativos, não têm ainda uma posição definida e firme sobre se é ou não correcto ir para a rua combater a guerra colonial; o resultado disto seria um enfraquecimento das Associações, facilitando a tarefa destrutiva e repressiva do Governo, pois este reprime não só as lutas na rua como as próprias lutas associativas nas Escolas.

4-- Por outro lado, é obrigação das estruturas associativas informarem também a população dos ultimos acontecimentos. Pois não foram afinal lutas associativas de milhares de estudantes as que sofreram as medidas sangrentas e terroristas do Governo? A acaso não foram as Associações de Estudantes que foram encerradas?

Nesta perspectiva, a Reunião Geral de colaboradores aprovou a proposta a apresentar à R.G.A. cujo conteúdo é no essencial o seguinte:

Considerando:

1-Que foi aprovado no Plenário um comunicado que contém palavras de ordem que ultrapassam o movimento associativo

2- Que o facto dos estudantes de Ciências, tal como os restantes, se encontrarem vinculados a distribuir esse comunicado não significa que tenham de ser as estruturas associativas a organizar essa distribuição, pois os estudantes não estão limitados a organizarem-se apenas nelas.

3--Que é errado utilizar a organização associativa para acções que a ultrapassam e não lhe competem levar a cabo

4- Que as AAEE enquanto tais, devem informar a população, dado que os acontecimentos do Técnico e Económicas (que deram origem à necessidade de informar a população) foram essencialmente no seguimento de lutas associativas

5- Queo comunicado à população em termos associativos já aprovado pelos estudantes de Ciências, Agronomia e do Técnico não é contraditório com o aprovado no Plenário, mas apenas de um nível diferente

AA R.G.A. de 2-6-72 decide

1-Vincular as estruturas associativas (Direcção, comissões de curso, etc,) a não organizar, enquanto tais, a distribuição do comunicado à população aprovado no plenário

2-Vincular as estruturas associativas a colocarem no entanto um amplo nº de exemplares desse comunicado à disposição dos estudantes na Faculdade, de forma a permitir sem entraves que estes executem a decisão do Plenário.

3- Ratificar o comunicado à população já aprovado nas R.G.A. de Ciências, Técnico e Agronomia, assim como na RIA (Reunião Inter-Associações) e proceder à sua distribuição.

(continuação da pag. 3)

Não aceitamos o controle dos relatórios através de assinaturas ou de datas, pois queremos fazê-los, mas na medida em que com isso aprendamos alguma coisa, seja fazendo previamente o trabalho, seja consultando dados de alguns colegas e de livros, ou de qualquer outra forma.

Queremos, se o definirmos como mais necessário na altura, faltar em conjunto a algumas aulas sem a chantagem do nº de relatórios fixos, originando portanto que os 2/3 dos relatórios a apresentar sejam sobre o nº total de aulas em que cada turma esteve presente.



ÉPOCA DE OUTUBRO

Como tinha sido decidido na RGA de dia 22/5, realizou-se no dia seguinte, na RGA cuja O.T. era constituída por 2 pontos, o 1º referindo-se à preparação do Plenário que se devia realizar (como se realizou) nessa tarde, em Medicina, e o 2º referindo-se à época de Outubro.

Sobre este ponto, e uma vez que em RGAs anteriores já fora aprovado que os estudantes de Ciências querem época de outubro e uma vez que já fora visto, também que o processo correto de acção é os estudantes, através de concentrações junto do CE e de aulas dos seus elementos, exigirem que ele legalize essa decisão, foi proposto e aprovado que aquela reunião se deslocasse pela faculdade à procura do Director ou de algum membro do CE a fim de se saber ao certo quando é que este se reunia para que os estudantes lá pudessem ir.

Primeiro os estudantes foram à secção de Mat. à procura do Director A. Costa. Este, como já vem sendo hábito nestas situações, não se encontrava presente. Como também não estivesse lá nenhum outro membro do CE, deslocou-se a reunião até junto da secção de Química. Aí falou-se com o professor Jacobson que informou os estudantes de que o CE só pode ser convocado pelo Director ou por 3 ou 4 dos seus elementos em abaixo assinado dirigido ao Director. Acrescentou que não se importava de assinar a convocação de um CE que tratasse da época de Outubro. A pergunta que se lhe fez sobre qual era a sua opinião acerca do assunto disse que isso já era pedir demais...

A reunião continuou a transitar pelos corredores à procura de mais membros do CE. Encontrou o professor Pereira Gomes que também concordou em ser uma das pessoas a assinar um pedâneo de convocatória do CE para tratar do problema em causa acrescentando porém que devíamos fundamentar muito bem a nossa exigência.

Foi respondido a este professor que os estudantes fundamentariam a exigência da época de outubro embora não tivessem ilusões acerca da utilidade desses argumentos para o CE que sempre tem ultrapassado os nossos argumentos e imposto as suas decisões excepto no caso em que a nossa força é mesmo um forte argumento e o faz recuar nas suas posições.

--6--

Falou-se finalmente com o professor Veiga que para além de concordar em convocar o CE apoiou os estudantes no que respeita à época de Outubro.

Na 6ª feira passada não se realizou a sessão do CE que estava prevista.

Hoje , 6ª feira, 2, o CE vai reunir. Um dos objectivos da RGA de hoje é deslocar-se até ao CE e exigir-lhe a época de Outubro

Nós sabemos muito bem , por experiências anteriores, o que é o CE e o que dele há a esperar. Por isso não vamos ficar de braços cruzados à espera que os doutos senhores resolvam ou não efectivar a nossa decisão. Não podemos deixar passar impunemente uma recusa do CE. Vamos desde já mostrar ao CE que não deixamos que ele ultra passe os nossos interesses como várias vezes tem tentado fazer. Os interesses colectivos dos estudantes serão colectivamente defendidos por eles.

RG A 15 HORAS SALA A

TODOS À CONCENTRAÇÃO

FRENTE AO C.E.